

CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

ASSOCIATIVE CULTURE: THE GENESIS OF FOOD AGRICULTURAL COOPERATIVISM IN THE WEST MESOREGION OF PARANÁ STATE

Ednilse Maria Willers¹
Ernelo Schalleberger²

RESUMO

O objetivo deste artigo é publicizar parte de minha tese de doutorado. Essa tese teve por objetivo geral analisar e compreender a gênese do cooperativismo agropecuário da mesorregião Oeste paranaense a partir da cultura associativa de seus fundadores. Para este artigo abordou-se: a) parte do referencial teórico pautado no conceito da cultura associativa e; b) no quadro de análise pautado no processo de formação e colonização da mesorregião Oeste paranaense, seguido do processo histórico de fundação das cooperativas agropecuárias selecionadas: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagril. A metodologia adotada partiu da abordagem qualitativa, a partir da premissa descritivo-explicativa. Como fonte de dados utilizou-se dados secundários. Como resultado constatou-se que a gênese das cooperativas em estudo se deu em função das necessidades sociais dos sujeitos, dos colonos que as fundaram. A cultura associativa resgatada por meio das memórias desses colonos tornou-se o marco cultural, mantido e reproduzido pela estrutura comunitária desses colonos. A dinâmica de convivência coletiva e as relações comunitárias mantiveram-se independentes das mudanças macroeconômicas do país. Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense, o norteador das iniciativas de cooperação que desencadearam nas associações de produtores, e essas, nas cooperativas agropecuárias em estudo.

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Cooperativismo. Colonos. Oeste do Paraná

Classificação JEL: P32; Q13; Z13

ABSTRACT

This article is publicizing part of my doctoral dissertation. This thesis had as main objective to analyze and understand the genesis of the agricultural cooperative of mesoregion West Paraná from the associative culture of its founders. For this article are addressed: a) part of the theoretical framework guided the concept of associative and culture; b) the analysis framework guided the formation process and colonization of Paraná mesoregion West, followed by the historical process of foundation of selected agricultural cooperatives:

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora do Campus de Toledo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: ednilse26@gmail.com

² Doutor em História pela PUC-RS. Professor do Campus de Toledo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: erneldo@uol.com

Copacol, C.Vale, Home, Coopavel and Copagril. The methodology started from a qualitative approach, from the descriptive-explanatory premise. As a data source we used secondary data. As a result it was found that the genesis of cooperatives in the study was due to the social needs of the subjects, the settlers that founded. The associative culture rescued through the memories of those settlers has become the cultural landmark, maintained and reproduced by the community structure of these settlers. The dynamics of collective coexistence and community relations remained independent of macroeconomic changes in the country. It was this gregariousness, ingrained in the social structure of migrants who settled the West mesoregion Paraná, the guiding cooperation initiatives that triggered the producer associations, and those in the agricultural cooperatives under study.

Key words: Culture. Identity. Cooperativism. Settlers. West of Paraná.

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma tese nos leva a refletir o quanto um determinado tema pode ser analisado e/ou reanalisado. Discutir e analisar o tema do cooperativismo agropecuário não é novidade nos bancos acadêmicos nacionais e internacionais.

Neta de descendentes alemães e poloneses que migraram do Oeste gaúcho e colonizaram o município de Toledo, na mesorregião Oeste do Paraná, cresci ouvindo meus avós, tios e pai dizendo que, "somente a cooperativa poderia resolver os problemas" que afligiam o pequeno agricultor. Hoje, passados alguns anos, vejo nesses mesmos tios e, também nos seus filhos, a mesma fala, a de que, a cooperativa, continua sendo o meio que os mantém na "roça". Esta forma de "ver" a cooperativa, como um "meio" que os mantém na "roça", nos fez refletir o quanto disso é realmente verdadeiro, já que o modelo de cooperativismo de nossos antepassados difere do atual.

Partindo do pressuposto inicial de que a cooperativa agropecuária é uma sociedade de pessoas que, por meio de seus associados, garante o recebimento periódico dos produtos agropecuários de que necessita para comercializar e sobreviver, nos instiga a questão do porque, esses associados, produtores rurais, não entregam sua produção para outro tipo de empresa que também comercializa esses produtos e que estão na mesma região em que residem. Haverá alguma questão intrínseca ao sistema cooperativo que faz com que estes associados permaneçam neste tipo de sociedade? Foi a partir dessa dúvida que se delineou a formatação da presente pesquisa.

Pois bem, a literatura pesquisada nos levou a compreensão de que as cooperativas são associações de pessoas. Essas pessoas constituem uma sociedade civil reconhecida por lei e regida por um estatuto próprio, cujo objetivo é a defesa e a promoção dos interesses econômicos dessas pessoas, as quais passam a ser associados.

Esta compreensão nos remeteu ao entendimento de que, antes de se constituir cooperativa, o que se tem é um grupo de pessoas. Essas pessoas se unem e formam uma associação como forma de melhor superar os desafios que os afligem. São pessoas que, através do ato de unir-se e de cooperar, formam a cooperativa. Assim, nosso foco passa a ser essas pessoas, sujeitos

sociais que por meio da cooperação vivenciam práticas sociais que os levam a formar e a fundar uma associação cooperativa.

Neste sentido, o caminho traçado para a construção desta pesquisa perpassa pelo processo de formação e de organização do sujeito social, nesse caso, produtor rural. Mas não é qualquer produtor rural, mas sim o que colonizou e povoou a mesorregião³ Oeste do Paraná, uma vez que, a tradição em associar-se em prol da cooperação comunitária não foi mero acaso. Assim, o processo histórico, econômico e social da colonização e do povoamento dessa mesorregião, a partir da década de 1940, é imprescindível para que se possa compreender a gênese das cooperativas agropecuárias localizadas nesta região do Estado.

É a partir deste processo de colonização que surgiram as comunidades rurais (com forte tradição étnico-religiosa) formadas por famílias que cultivavam a terra (centradas na agricultura familiar) e de seus laços de solidariedade (que desencadearam as ações de cooperação que as sustentaram econômica e socialmente por certo tempo) que surgiram as primeiras associações de produtores rurais no Oeste paranaense.

Colonizada ao longo das décadas de 1950 e 1960, a mesorregião Oeste paranaense foi formada por migrantes do interior dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Famílias de agricultores descendentes dos imigrantes europeus que colonizaram o interior daqueles estados ao longo do século XIX e início do século XX.

Os pioneiros da colonização regional trouxeram consigo mais do que a experiência em cultivar a terra, trouxeram e implantaram o modelo de comunidade culturalmente coesa que vivenciavam nas comunidades de origem. Nessas comunidades a preservação da cultura e das tradições étnico-religiosas eram intensamente preservadas.

Com o passar dos anos, o sistema cooperativo agropecuário do Estado chega a década de 2010 com mais de 735 mil cooperados e 62.300 colaboradores. Faturaram mais 32,1 bilhões de reais e congregam em torno de 2 milhões e 500 mil paranaenses. (PARANÁ COOPERATIVO, 2012).

O número de cooperativas agropecuárias paranaenses até o ano de 2012 totalizava 81, as quais foram responsáveis por 55% da economia agrícola do Estado e representaram 11% do PIB estadual. Essas cooperativas participam de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização da produção agropecuária⁴ estadual.

Na mesorregião Oeste paranaense há cinco cooperativas agropecuárias que se destacam em termos de faturamento e, todas, são verticalizadas. Juntas essas cooperativas geram cerca de 28.000 empregos diretos e detêm em seu quadro associativo 37.568 produtores rurais.

Para se ter uma noção do impacto econômico destas cooperativas no Estado do Paraná e na região Sul do Brasil, cabe citar o anuário publicado pela Editora Abril, Guia Exame: Maiores e Melhores⁵, no qual, desde a edição de 2010, posiciona as cooperativas acima citadas entre as 70 maiores empresas da região Sul do Brasil. O quadro 1 mostra a posição de cada uma delas em

3 A mesorregião Oeste foi estabelecida em 1989 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em função dos interesses dos governadores estaduais em definir uma ordem administrativa. Do ano de 1969 até 1988, esse espaço era conhecido como Microrregião do Extremo Oeste Paranaense. (REOLON, 2007).

4 O termo agropecuária é entendido de forma genérica para denominar as atividades de produção de alimentos, bem como de matéria-prima, à agroindústria, tanto de origem vegetal quanto animal. (SILVA, 2010, p. 30).

5 Mais detalhes acessar: <http://exame.abril.com.br/topicos/melhores-e-maiores>.

nível nacional (entre as 500 maiores) e em nível de região Sul (entre as 100 maiores).

Quadro 1 - Posição das cooperativas agropecuárias de alimentos em estudo no Guia Exame - Maiores e Melhores - 2014 (ano base 2013)

COOPERATIVA E MUNICÍPIO SEDE	POSIÇÃO NACIONAL (500 maiores empresas)	POSIÇÃO REGIÃO SUL (100 maiores empresas)
Cooperativa Agroindustrial - CVALE (Palotina)	118º	11º
Cooperativa Agroindustrial - LAR (Medianeira)	201º	21º
Cooperativa Agroindustrial - COPACOL (Corbélia)	284º	37º
Cooperativa Agroindustrial Coopavel - Cascavel	360º	50º
Cooperativa Agroindustrial - COPAGRIL (Marechal Cândido Rondon)	506º	73º

Fonte: Adaptado pela autora - Guia Exame: Maiores e Melhores 2014.

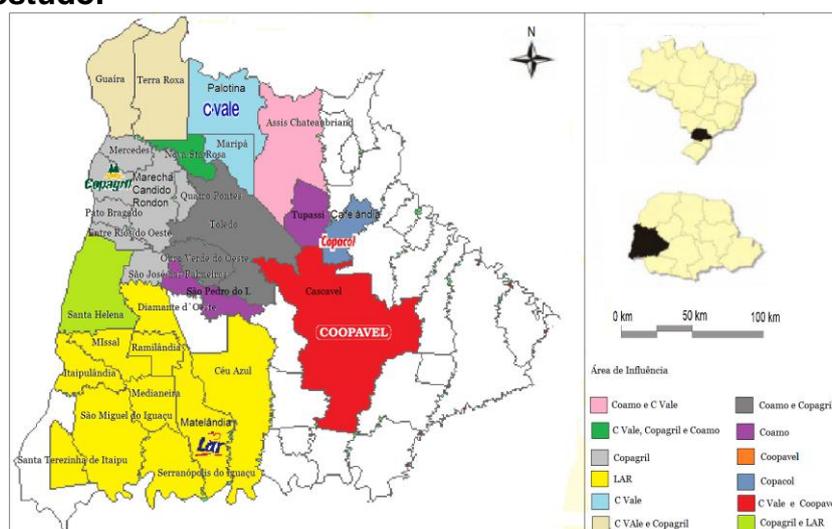
Isto posto, em termos empíricos, esta pesquisa foi direcionada às cinco maiores cooperativas agropecuárias em faturamento localizadas na mesorregião Oeste do Estado do Paraná. O período de estudo foi a partir do ano de 1940 até o final da década de 1980. Esse recorte temporal foi definido porque é a partir da década de 1940 que a mesorregião Oeste passa a ser efetivamente colonizada e povoada e, 10 anos depois, surgem às primeiras iniciativas de associações de produtores rurais, as quais, a partir da década de 1960 se transformam em empresas cooperativas⁶. Quanto ao período final, década de 1980, deve-se ao fato de que no início de 1990, o governo brasileiro efetiva a abertura comercial da economia nacional ao capital estrangeiro⁷, inserindo o país na economia neoliberal internacional, fato que redirecionou o sistema cooperativo do país às demandas internacionais de *commodities* de alimentos, fugindo ao escopo desta pesquisa.

Por meio da Figura 1 é possível visualizar a localização das cooperativas agropecuárias afetas à pesquisa.

6 Essa transformação ocorreu por força do Decreto nº 22.239/1932, uma vez que no Governo Vargas todas as categorias profissionais tiveram que se organizar em consórcios profissionais, cooperativos.

7 Ressalta-se que a origem deste processo de abertura comercial fora desencadeado na política desenvolvimentista do governo militar (DREIFUSS, 1964; SODRÉ, 1979), sendo a mesma, adensada nas políticas de governo do Presidente Collor, a partir da década de 1990. (AVERBUG, 1990).

Figura 1 - Localização, por municípios sede e de abrangência, das cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste do Paraná em estudo.



Fonte: Adaptado pela autora de Ocepar (2012).

Isto posto, este artigo está dividido em quatro partes, sendo essa introdução a primeira. Na sequência será apresentada uma breve fundamentação teórica que irá abordar a questão da cultura associativa e o ato de cooperar. Na terceira parte será exposta a análise dos resultados e as discussões, seguida da quarta e última parte que são as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Cultura Associativa e o Ato de Cooperar: Buscando Referenciais Teóricos

Definir a palavra cultura é um objetivo complexo diante da multiplicidade teórica do conceito (WILLIAMS, 2000, EAGLETON, 2005; WHITE DILLINGHAM, 2009). O termo cultura está cerceado por conceitos polêmicos, ampliados e transformados ao longo das décadas por antropólogos, historiadores e intelectuais em geral.

Raymond Williams (2000) investigou parte da complexa história da palavra cultura. Para ele, cultura significava algo como civilidade, bons costumes. Depois do século XVIII⁸, tornou-se próxima ao significado de civilização, no sentido do costume e da moral. Nesse sentido, cultura passa a ser um modo de vida. Um sistema por meio do qual uma ordem social é transmitida, reproduzida e vivenciada coletivamente.

Eagleton (2005, p.23-42) afirma que é a partir do idealismo alemão⁹, iniciado a partir da segunda metade do século XVIII, que a palavra cultura assume algo do seu significado moderno, o de um modo de vida característico. Para tanto, as culturas deveriam incluir práticas, tais como a criação de

8 De acordo com Williams (2000) essas mudanças estavam diretamente associadas às transformações econômicas e sociais pelas quais a Europa passava ao longo do século XVIII.

9 Maiores detalhes ver FERREIRA, M. J.C. (Coord.). A Gênese do Idealismo Alemão. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010. 350 p.

crianças, educação, assistência social, comunicação e apoio mútuo, caso contrário seria incapaz de se reproduzir. A cultura passa a ser interpretada no sentido de ter em comum uma linguagem, uma herança, um sistema educacional, valores compartilhados que intervêm com o princípio de unidade social.

Mas é somente a partir do desenvolvimento do colonialismo do século XIX que o significado de cultura, como um modo de vida singular, começa a ganhar terreno. A partir desse período histórico, "a cultura pode ser, aproximadamente, resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico". As pessoas passam a constituir uma cultura somente quando começam a compartilhar modos de falar e de saber comum. Modos de executar um sistema de valores, uma autoimagem coletiva (EAGLETON, 2005, p. 55-59). Ou seja, a cultura é "[...] *una forma de describir la conducta humana* [...]" (BARTH, 1976, p. 9).

Neste contexto, homem e cultura são inseparáveis. Por definição, "não há cultura sem homem e nem homem sem cultura". Ou seja, "não há cultura sem pessoas". Para tanto, compreender a origem e as funções da cultura exige antes de tudo, compreender o homem e seu comportamento¹⁰, até porque, "nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são [...] produtos culturais" (GEERTZ, 1989, p.36; WHITE; DILLINGHAM, 2009, p.33;). O próprio "meio ambiente é determinado por uma ordem cultural" (SAHLINS, 2003, p. 207).

A importância de se compreender o homem, na concepção dos autores acima citados, é no sentido de que a cultura possa tornar sua vida segura, contínua e duradoura (WHITE; DILLINGHAM, p. 29 e 105). Para Geertz (1989, p.12), deve-se atentar para o comportamento com exatidão, pois é por meio do fluxo do comportamento, ou mais precisamente, da ação social desse comportamento, que as formas culturais encontram articulação. Nesse sentido, a cultura passa a ser um todo integrado, um sistema cultural no qual tudo está relacionado com o todo.

A cultura está associada à crenças e identidades. "A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é em grande medida, aquilo para o que vivemos". (EAGLETON, 2005, p.184).

Assim, o conceito de sistema cultural passa a estar associado à ideia de sociedade como um sistema, como um organismo. "Um sistema é uma organização de fenômenos tão inter-relacionados que a relação de uma parte com outra é determinada pela relação com o todo". É nesse sentido que a cultura constitui um sistema na visão de White e Dillingham (2009, p.81). Esse sistema cultural é complementar ao homem, pois transforma e coloca em funcionamento toda a estrutura social a que pertence. Em outras palavras, um sistema cultural define as relações e o pertencimento dos diferentes sujeitos sociais a um grupo que se identifica pelos referentes e pelas ações simbólicas, mas que, ao mesmo tempo em que se relaciona com outros grupos e/ou realidades, na dinâmica social, vai recriando e resignificando os seus referentes culturais.

Ou, na concepção de Geertz (1989, p. 36) um sistema de teias de significado. "O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele

10 Entre as áreas das ciências que estudam o comportamento humano esta o da psicologia. Vygotsky (1896-1934) foi um psicólogo russo que, ao longo de sua obra, defendeu a importância do estudo histórico-sociocultural para a compreensão do sujeito individual.

mesmo teceu". Assim, o autor assume a cultura como sendo essas teias, "redes de significações nas quais está suspensa à humanidade" (op cit., p.5). Ou seja, um sistema concatenado às conexões da estrutura social do homem. Esse sistema gera práticas coletivas decorrentes de sentimentos condicionados a prática cotidiana do homem coletivo com base em seus referenciais simbólicos, o de construir e consolidar sua comunidade.

Estas redes de significações ou teias são formadas por um sistema simbólico. Para Geertz (1989, p. 08), "todas as ações humanas são simbólicas". Ou seja, Os sistemas de símbolos não são dados pela natureza das coisas, mas sim, construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente (GEERTZ, 1978). White e Dillingham (2009, p. 28-29) também entendem que a cultura depende da simbologização, principalmente daquela que é expressa por meio dos discursos articulados entre os homens.

Desta forma, o conceito de cultura deve ser visto, como um conjunto de mecanismos simbólicos para o controle do comportamento, fontes de informação [...]. A cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam [...]. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados e transmitidos historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas. [...] Denota um padrão de significados historicamente incorporados em símbolos; um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 1989, p.37 e 66).

Quer dizer, a cultura humana é construída socialmente e simbolicamente ao longo da história. "A mudança começa com a cultura" e não o inverso. A história começa com uma cultura já presente (SAHLINS, 2003, p.31) e é formulada a partir de atividades práticas e de interesse utilitário, de grupo para grupo e de uma época para outra, sendo transmitida e perpetuada por meio do homem junto ao sistema social a que pertence. É nesse sentido que a cultura promove o progresso de uma coletividade na visão de Norbert Elias (1973). Coletividade que inspira o sentido de um pertencimento social, cuja cultura "guia o seu comportamento" (DUBAR, 2005, p.50); um comportamento cerceado pelos costumes e pelas tradições do homem social.

Etimologicamente cooperação vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* (operar juntamente com alguém) (PINHO, 1966, p. 7). Do ponto de vista sociológico, é uma forma de integração social que pode ser entendida como uma ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. (BALDUS; WILLEMS, 1950).

Nesse sentido, a cooperação é cultural. É cultural porque modelou a vida social do homem desde o mais remoto tempo. (TODOROV, 1996, p. 44).

Segundo White e Dillingham (2009), a cooperação entre os seres humanos é muito antiga. Os homens se agrupavam, desde a pré-história, como forma de suprir suas necessidades básicas, se agrupavam para sobreviver.

Dentro da tradição sociológica, a cooperação é estabelecida entre indivíduos, grupos e categorias sociais. Ela constitui-se em uma das formas de ação coletiva que mais despertaram interesse de estudo, na medida em que a própria sociedade é entendida como uma extensa rede de colaboração entre

os mais diversos atores sociais (BECKER, 1977). Assim, embora se admita que o conflito e a competição sejam processos intrínsecos aos sistemas sociais, considera-se a cooperação uma relação primordial, visto que, sem ela, não pode existir sociedade.

Para Demo (2002, p. 90), "a cooperação é o resultado natural de indivíduos, homens, tentando maximizar seu proveito". Segundo o autor, a noção de que os homens são inerentemente egoístas, cooperando só quando é de seu interesse econômico, é questionada, sobretudo porque não está amplamente testada, além de basear-se mais em crenças culturais do que em evidência empírica.

Olson (1999, p. 72) também reconhece que "as pessoas [...] sentem-se motivadas [...] por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico" para cooperar, e não, necessariamente, apenas por interesse econômico. O que nos leva a citar Mannheim (1971, p. 133) quando diz que a cooperação é uma atividade integradora. Para esse último autor, "as forças integradoras mais importantes são a afinidade mental, a simpatia e o auxílio mútuo. A afinidade mental, por si, não integra os indivíduos por muito tempo. Se desejarmos estabilizar a integração devemos ter um objetivo externo comum". É nesse sentido que o autor defende que se "aprende a cooperar, cooperando".

Desse modo, a cooperação é um processo social buscado pelo homem como forma de superar as barreiras naturais e sociais criadas por ele próprio. Para tanto, supõe objetivos e interesses comuns. O próprio desenvolvimento social implica cooperação. Assim, a "cooperação assume formas diferentes segundo as relações sociais existentes [...] e assume formas específicas na relação capital e trabalho." (DEMO, 2002, p. 21-23). Até porque, "a lógica econômica é socialmente constituída". (SAHLINS, 2003, p.22).

A cooperação é mais do que trabalhar em conjunto, é mais do que viver em sociedade, é lutar em prol de uma meta, de uma causa, tão inclusiva como o é a humanidade. A cooperação é uma causa capaz de absorver a concorrência e subordinar-lhe a atuação ao bem comum. A cooperação é uma causa capaz de levar um homem a orientar as suas atividades ao serviço de terceiros e em prol do mais amplo bem humano. (BOGARDUS, 1964, p. 23).

A cooperação é uma forma de interdependência social em que todos "saem ganhando", isto é, em que todos alcançam os seus objetivos (existe um objetivo comum) como resultado do trabalho em colaboração. (DEUTSCH, 1949 apud BRANCO, 2006, p. 46).

Portanto, pode-se dizer que a cooperação gera o embrião que motiva os homens a trabalhar coletivamente e, sendo o homem um ser histórico-social, então a cooperação pode ser o cerne da motivação social. Para Branco (2006, p.44), a motivação social é construída diante de "[...] um sistema aberto de orientações para crenças, valores e objetivos que levam às ações da pessoa em determinados contextos sócio-históricoculturais". Esse sistema é integrado à pessoa em desenvolvimento e dotado de características de mudança e estabilidade relativa. (op cit.).

Schallenbeger (2001), em seus estudos sobre o associativismo cristão no Sul do Brasil, no capítulo 1 (páginas 43-89), discorre sobre a emergência do social-catolicismo e do associativismo cristão alemão. Esse aprofundamento teórico de sua obra consubstancia sua interpretação quando da análise da formação e composição da estrutura comunitária desenvolvida pelos teuto-

brasileiros no processo de colonização do sul do país, no qual, o espírito comunitário e cooperativo desenvolvido em seu país de origem "[...] alimentavam o imaginário e animaram as ações dos sujeitos sociais na produção do espaço colonial e na organização da sociedade". Ou seja, "nas comunidades teuto-brasileiras, luteranos e católicos, alicerçados na cultura e na fé germânicas, ensaiaram caminhos e desencadearam formas de organização social que, adaptados às condições locais, tornaram-se características no desenvolvimento regional" (op cit., p.44).

Auxiliados pela Igreja da Imigração, os imigrantes alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul organizaram-se em associações de produtores. Nessas associações, o espírito comunitário cristão era o desencadeador da organização do trabalho coletivo desses colonos-produtores. "A organização idealizada era a da associação produtiva". (SCHALLENBERGER, 2009, p. 67).

Neste sentido, o desenvolvimento das relações sociais do homem parte de seu desenvolvimento comunitário, da ajuda mútua, reconhecidamente um dos meios cooperativos mais antigos da humanidade no que tange ao enfrentamento de situações de crise e de doença.

Assim, a ação comunitária é uma forma de cooperação que tem como objetivo a superação de barreiras. O processo de cooperação e sua consequente organização comunitária tornam-se imperativa diante das barreiras econômicas e/ou físicas que afligem determinada comunidade. "A ação comunitária é resultado do esforço cooperativo de uma comunidade que toma consciência de seus próprios problemas e se organiza para resolvê-los por si mesma [...]". (DEMO, 2002, p. 29).

Comunidade é o cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns. Para Bauman (2003, p. 7-22), a comunidade é um lugar "cálido", confortável, aconchegante. "[...] numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé [...]". É onde nos sentimos seguros, "um seguro coletivo contra as incertezas."

Como resultado, é na comunidade que nasce o espírito associativo. O espírito associativo se expressa por meio do senso de comunidade. Ele impõe a existência de interesses e objetivos comuns no que diz respeito aos elementos mais fundamentais da existência humana: os meios de reprodução física e social do homem, o que na concepção de Bogardus (1965), são os principais estímulos para a cooperação humana.

É no processo da cooperação humana que o ato de associar-se se torna uma função social. É desse ato que os atores sociais fundam suas associações. Essas associações são "constituídas de membros solidários [...], visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais [...] visam à criação de formas de inserção social e de responsabilização [...]". (WAUTIER, 2001, p. 11). É por meio das associações que o trabalho se torna uma função social.

Para a autora acima, o fenômeno associativo é uma realidade complexa, diversificada e instável, uma vez que está inserido em contextos sociais de mudanças históricas e dos indivíduos que o compõem. Assim, a busca pela compreensão do fenômeno associativo pressupõe uma abordagem conceitual inseparável do contexto histórico no qual se desenvolveram as

associações¹¹. Até porque, a ideia de associação renasce das memórias historicamente herdadas, reafirmando os sentidos de pertença dos integrantes de determinado território¹². "O grupo não pode identificar-se por outra coisa a não ser pelo sentimento que seus membros têm de constituir uma unidade, pelo sentimento de pertencimento a uma única sociedade". (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 58).

Quer dizer, o homem enquanto ser social já nasce num contexto historicamente dado, encontrando em tal contexto um conjunto de relações e de instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinados sistemas de pensar e de agir. É nesse sentido que a participação associativa passa a ser uma questão social, um processo social. (SOUZA, 1996).

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Paraná, um Estado do Sistema Cooperativado: Leituras e releituras

O surgimento e a expansão das cooperativas agropecuárias no Paraná acompanharam a ascensão, estabilização temporária e o declínio dos grandes produtos da agricultura estadual até a década de 1970: o mate, a madeira e o café, e, a partir daquela mesma década, das *commodities* soja, trigo e frango. A penetração do capitalismo na economia do Estado deu-se, sobretudo, pela organização, em moldes comerciais, de uma agricultura destinada à exportação, com estruturas econômicas que vigoravam enquanto o mercado externo era favorável. (ARAÚJO, 1980).

Com o avanço da ocupação do território, novas cooperativas surgem ajustando-se aos contextos das diferentes regiões do Estado. Nesse sentido, as cooperativas agropecuárias tornaram-se as principais agentes da modernização e da industrialização da agricultura estadual. Ou seja, as cooperativas agropecuárias acompanharam as modificações do espaço rural paranaense de forma ativa e ininterrupta ao longo das décadas de 1960 a 1970, consolidando a implantação de lavouras modernas e da agroindustrialização no Paraná.

No primeiro momento de sua história, até a década de 1950, as cooperativas agropecuárias paranaenses foram fruto da organização dos colonos advindos do período de colonização dos imigrantes alemães, italianos, holandeses e poloneses, a partir das últimas décadas do século XIX. Esses imigrantes viviam em forma de comunidades, sendo a solidariedade e a cooperação uma de suas características mais marcantes. (LIMA, 1974; SERRA, 2000; OCEPAR, 2006).

A partir da década de 1950, o cooperativismo agropecuário estadual surge no interior paranaense. Na mesorregião Oeste e Sudoeste é idealizado pelos filhos dos colonos sulistas, descendentes de imigrantes alemães e

11 Entre os autores pesquisados, Tocqueville (1805-1859) é citado como o pioneiro na reflexão das associações. Para esse historiador e pensador político francês, ao cooperar os homens evitam/amenizam conflitos.

12 Segundo Myskiw (2010), território é entendido, genericamente, como uma área de terra ou a extensão geográfica de um município, estado ou país. Contudo, no contexto do parágrafo, cabe a definição de território de Haesbaert (2002). Para esse autor, a definição de território parte de sua concepção cultural, ou seja, o autor o vê, antes de tudo, como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial. Ratzel e Moraes (1990) admitia a existência de "um laço" ou uma "ligação psicológica" a esse solo, criada "no costume hereditário da coabitação, no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior".

italianos que colonizaram o interior gaúcho e catarinense nas primeiras décadas do século XX.

3.1.1. Mesorregião Oeste Paranaense e as Cooperativas Agropecuárias: Uma história atrelada ao contexto histórico, econômico e social de uma mesorregião em construção.

O interior do Paraná era, até o início do século XX, pouco habitado. Com o governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, se inicia um arrojado programa de ocupação e de colonização das terras do interior do Estado e, entre essas terras, estava à mesorregião Oeste.

Por meio do Governador Moisés Lupion, que por duas gestões esteve à frente do governo do Estado do Paraná, 1947-1951 e 1956-1960, “[...] o Paraná assistiu a uma intensa transformação no cenário populacional e ocupacional do seu território.” (KLAUCK, 2004, p. 10).

Com a instalação de núcleos coloniais, planejados e comercializados por companhias colonizadoras particulares que adquirem títulos de terras devolutas¹³, o governo estadual incorpora a política nacional de expansão de fronteiras agrícolas, a partir da “Marcha para Oeste” e estabelece a rápida colonização e o povoamento de toda a região Oeste do Estado. Para tanto, o governo estadual executa as ações determinados pelo governo federal, as quais objetivaram, entre outras metas, a implantação de colônias agrícolas, a abertura de novas estradas e a construção de obras de saneamento rural. (GREGORY, 2002; LOPES, 2002; KLAUCK, 2004).

Parte da operacionalização da “Marcha para Oeste” ocorre no ano de 1945, quando o então Presidente Getúlio Vargas, sancionou o Decreto-Lei nº 7.967/1945¹⁴ que dispôs sobre a imigração e a colonização no território brasileiro. Uma vez sancionado o Decreto-Lei nº 7.967/1945, o governo federal em conjunto com o governo estadual, delegou, a algumas companhias colonizadoras particulares, a responsabilidade de colonizar a mesorregião Oeste paranaense. Como critérios gerais, definiu que a estrutura fundiária deveria ser composta por pequenas propriedades rurais, de 10 a 25 alqueires. Essa estrutura garantiria uma ocupação maior e mais rápida da região. Também possibilitaria, em função da proximidade das propriedades, maior relacionamento entre as famílias de produtores, o que favoreceria o desenvolvimento de estruturas sociais mais coesas, o aumento populacional (matrimônios) e com ele o provimento de gêneros alimentícios, cujos excedentes abasteceriam os mercados locais, regionais e nacionais.

Posto isso, a partir do ano de 1945, duas empresas colonizadoras¹⁵ iniciam o processo de colonização da mesorregião Oeste¹⁶. De posse da

13 Terras devolvidas que indicavam terras dadas por sesmarias que não foram cultivadas e, portanto, devolvidas à Coroa Portuguesa. Com o tempo, o termo foi sendo usado para referir-se a terras livres, não ocupadas, as quais, uma vez discriminadas, tornar-se-iam parte do patrimônio do poder público, tanto federal quanto estadual. São terras públicas. (MOTTA, 2010, p. 469-470).

14 Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - em 06/10/1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Acesso ao texto original: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>

15 Reconhecida pela literatura histórica estadual (MARTINS, 1944; WACHOWICZ, 1972, 1982; NADALIM, 2001; GREGORY, 2002; KLAUCK, 2004), essas colonizadoras, após a extração e venda da madeira, iniciaram um processo de povoamento e de colonização dirigido. Ou seja, dividindo as terras em lotes coloniais buscaram, sobretudo nos Estados do RS e de SC, descendentes de imigrantes europeus que tinham por ofício a agropecuária, trabalhavam no regime da agricultura familiar e que desejassem migrar para novas fronteiras agrícolas. Na época, o Paraná era tido como a fronteira agrícola nacional mais promissora.

permissão do governo para executar o plano de povoamento e de colonização da região, o território é dividido e é definida a área de ação de cada uma. (BALHANA, 2002).

O colonizador que deveria ser atraído para a mesorregião Oeste deveria ser, predominantemente, de origem gaúcha e do Oeste catarinense¹⁷, descendentes dos imigrantes alemães e de italianos, cristãos católicos que colonizaram o interior daqueles Estados. Ou seja, as colonizadoras buscaram pessoas de uma mesma origem étnica ou de origens que já haviam se adaptado a convivência coletiva, como os alemães e italianos. Eram esses migrantes almejados, pois eram, reconhecidamente, trabalhadores comprometidos com a terra. (GREGORY, 2002).

"Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimatação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor a terra em que trabalha [...]", era o colono almejado pelas colonizadoras para dar frente à produção agropecuária da mais nova fronteira agrícola brasileira, a do Oeste paranaense, afirmava Ondy Hélio Niederauer, chefe dos escritórios da Maripá, no ano de 1955. (SAATKAMP, 1984, p. 43).

Outra característica desses colonos era a familiaridade com a doutrina cooperativista, por meio do associativismo, tema amplamente explorado pelos pesquisadores Schallenberger (2006; 2009) e Colognese (2004; 2006).

Assim, é no Oeste do Paraná que os ítalo-alemães reproduzem o mesmo modelo de ocupação utilizado pelos seus avós e pais em território gaúcho¹⁸ e catarinense. Ou seja, a compra de pequenas propriedades de terra onde seria explorada a policultura via mão de obra familiar. É a reprodução colonial do final do século XIX, "fundada na manutenção de uma cultura, hábitos e costumes trazidos e cristalizados pelo isolamento [...]". (NADALIN, 2001, p. 84).

Desta forma o Oeste do Paraná foi definitivamente colonizado, tendo por base populacional famílias de migrantes colonos das antigas colônias italianas e alemãs dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, de alguns eslavos do leste do Estado. Sendo que, ao longo das décadas de 1940 a 1960, a região passa de 145.000 habitantes para 295.000. Ou seja, 116.000 migrantes chegaram e colonizaram a mesorregião Oeste paranaense em 20 anos. (NICHOLLS, 1970, p. 50). Esses dados são ratificados por Padis (1981, p. 159), quando o autor afirma que "[...] pelo menos metade da população presente em 1960, nessa parte do território paranaense, era de origem gaúcha. [...] pode-se tranquilamente afirmar que perto de duas terças partes dos migrados são provenientes do Estado Sulino".

Esses colonos deixaram seus locais de origem em busca de um futuro promissor em uma nova terra. Para tanto colocaram em prática o modo de vida

16 Cabe ressaltar que o Município de Foz do Iguaçu não estava no conjunto de terras a ser colonizado. Foz do Iguaçu já era povoado desde o ano de 1888.

17 A colonização do Estado de Santa Catarina foi praticamente feita por imigrantes europeus. Ao longo do século XVIII, os portugueses açorianos colonizaram o litoral do Estado; os alemães colonizaram o Vale do Itajaí, parte da região Sul e o Norte ao longo do século XIX; e os italianos colonizaram a região Sul no final do mesmo século. Já o Oeste catarinense foi colonizado principalmente por descendentes de italianos e alemães que migraram do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX (ZABOT, 2009).

18 Termo utilizado para referir-se ao território do Estado do Rio Grande do Sul.

que conheciam e, nesse modo de vida, a vida associativa e solidária fazia parte do dia a dia da colônia, a qual foi reproduzida para as novas colônias paranaenses. Ao migrar, esses colonos trouxeram consigo não apenas seus bens materiais, mas também seus valores socioculturais cristalizados na cultura étnica alemã, italiana e polonesa.

As festas da colônia/comunidade eram momentos ímpares em que as famílias dos colonos se reuniam e se integravam. Essas festas já eram realizadas nas colônias de origem dessas famílias e, geralmente, eram de cunho religioso. A religião era o elo de fé que selava as tradições comunitárias entre as famílias e entre as colônias.

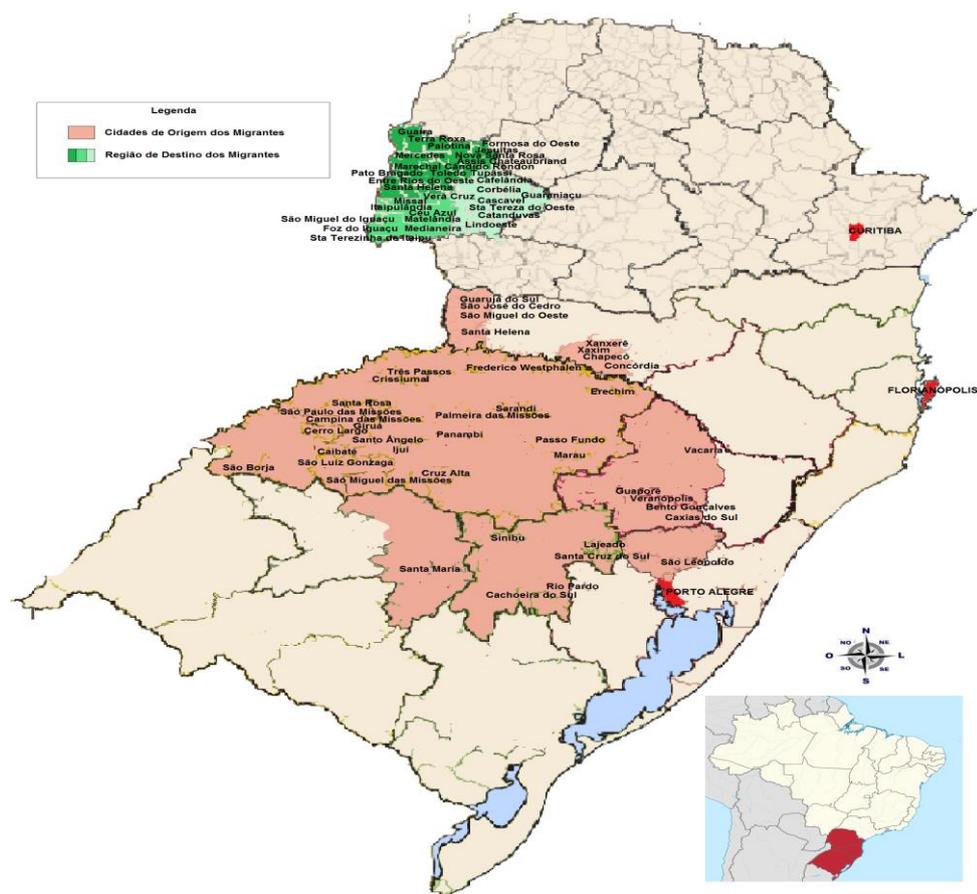
Os migrantes que colonizaram a mesorregião em pauta conservavam uma tradição cultural que não fora apenas marcada pela identidade étnica, mas também pela manutenção do idioma e pela religião. Essa tradição cultural formou um sistema de símbolos e de valores comuns que eram partilhados por todos na colônia. Foram esses símbolos e valores que geraram as ações coletivas que desencadearam as associações de produtores necessárias à sobrevivência destas colônias. Ou, nas palavras de Seyferth (1985, p. 1), "os mecanismos que asseguraram a manutenção da estrutura social camponesa têm como base a tradição". Até porque, "o indivíduo isolado nada pode, nada consegue, enfim, nada pode ser". (RAMBO, 1988, p. 191).

Ou seja, os colonos que migraram para o Oeste paranaense preservaram o forte vínculo comunitário centrado no espírito associativista e nas tradições religiosas de seus pais e avós. Esse fato lhes atribuiu certa identidade, a identidade de colonos descendentes de alemães e de italianos que estavam habituados à produção agropecuária a partir de sua própria unidade familiar.

Assim, a mesorregião Oeste do Paraná é colonizada e povoada. Entre as décadas de 1940 a 1960, praticamente, todo o espaço rural destinado à colonização está tomado por colonos teutos, italianos e alguns polacos e japoneses.

A figura 2 apresenta o mapa da região Sul do Brasil. Nesse mapa, destacaram-se as principais cidades gaúchas e catarinenses que originaram a migração rural-rural das famílias de colonos que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense

Figura 2 - Mapa da região Sul do Brasil com destaque para os principais municípios dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que originaram migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense: 1940-1970



Por meio da figura 2, é possível visualizar as principais cidades/regiões dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que demandaram as frentes migratórias de famílias de colonos que colonizaram a mesorregião Oeste paranaense. Tanto a colonizadora Maripá, responsável pela colonização da microrregião de Toledo, quanto a Pinho e Terras, responsável pela colonização da microrregião de Foz do Iguaçu e de Palotina, priorizaram as famílias de migrantes das colônias rurais das regiões de Caxias do Sul, Lageado, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Bento Gonçalves, Veranópolis, Guaporé, Rio Pardo, Passo Fundo e Erechim, ou seja, da região Central e Nordeste do estado gaúcho. Da região Noroeste o foco ficou em torno dos municípios da região das missões¹⁹ (Palmeira das Missões, Campina das Missões, Santo Antônio das Missões, São Miguel das Missões, Santo Ângelo, Santa Rosa, Cerro Largo, São Borja, São Luiz Gonzaga, Caibaté, Giruá) e dos Municípios de Crissiumal, Três Passos, Sarandi, Ijuí, Cruz Alta e Panambi. Ambas colonizadoras também atraíram famílias de colonos do interior do Oeste Catarinense, como: Xanxerê, Chapecó, Xaxim, Concórdia, Santa Helena, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Guarujá do Sul.

Nas regiões gaúchas e catarinenses acima citadas, as etnias predominantes eram as de alemães e italianos, grupo focal priorizado pelas colonizadoras Maripá e Pinho e Terras. (BALHANA, 1969; WACHOWICZ, 1972, 1982 e 1985; CODATO, 1981; PADIS, 1981; WESTPHALEN, 1987; NIEDERAUER, 2004).

19 Região do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul onde foram edificadas, entre os séculos XVII e XVIII, as reduções jesuíticas dos Guaranis, chamadas Missões. (RAMOS, 2006).

Posto isso, a composição étnica das colônias da mesorregião Oeste paranaense, principalmente nas microrregiões de Toledo e de Foz do Iguaçu, foi composta por cerca de 90% de descendentes teutos e italianos. Os migrantes eram constituídos de famílias jovens e dispostos ao trabalho na terra e na criação de animais, até porque, estavam iniciando sua vida econômica.

Para vários autores que estudaram o processo de colonização do interior paranaense, entre os quais se destacam: Balhana (1969), Wachowicz (1972, 1982, 1985), Codato (1981), Padis (1981), Westphalen (1987), Serra (1991), Colognese e Schallenberger (1994), Nadalin (2001), Mezzomo (2002), Klauck (2004), Schallenberger (2006), parece haver consenso quanto às dificuldades de adaptação desses migrantes à nova realidade. Mesmo replicando o modelo agrário de origem, esses colonos e suas famílias tiveram que superar desafios de toda ordem. Essas dificuldades formataram uma estrutura comunitária com forte apelo associativo, cuja cooperação entre as famílias e, dessas, às comunidades, deram origem as primeiras associações de produtores rurais do interior do Estado.

E também era um colono que tinha conhecimentos acerca do sistema cooperativo, pois seus pais e parentes já tinham vivido essa experiência. Esses conhecimentos foram incentivados pela igreja cristã, católica ou luterana, a tornar-se realidade também na nova terra, complementada com um lema a mais, o de que, " para o êxito do sistema, a cooperação ente os agricultores deveria estender-se, sempre mais, para as fases da industrialização e da distribuição dos produtores agrícolas." (SCHALLENBERGER, 2001, p. 450).

3.2. Cultura Associativa: A Gênese do Cooperativismo Agropecuário da Mesorregião Oeste Paranaense

Iniciamos nossa análise com o processo de ocupação e de colonização da mesorregião Oeste do Paraná. A colonização dessa mesorregião não se deu de forma isolada, mas fez parte de uma conjuntura histórica que a favoreceu: a política getulista de colonização do interior do Brasil. Ou seja, esteve associada ao contexto político-econômico nacional das décadas de 1930 e 1940 que objetivava a colonização dos espaços vazios do interior do país e, com ela, a expansão das fronteiras agrícolas nacionais para o abastecimento interno de alimentos.

A região em pauta, até então, era praticamente desocupada. Havia apenas o Município de Foz do Iguaçu, fronteira com a Argentina e o Paraguai, ocupado majoritariamente por índios, caboclos e posseiros de origem argentina e paraguaia. Essa ocupação se estendia ao longo do Rio Paraná até onde, hoje, está localizado o Município de Guaíra, na época terras em que a Companhia Matte Laranjeira²⁰ explorava a erva-mate. Ou seja, a colonização da região Oeste do Paraná, além de favorecer a ampliação das áreas agricultáveis do país e com ela ampliar o fornecimento de matéria prima para o incipiente mercado de produtos alimentícios do estado e do país, era estratégica para a consolidação da soberania nacional, uma vez que colonizando tal região seria possível proteger a fronteira da invasão de estrangeiros.

²⁰ Informações acerca desta Companhia ver Bianchini (1994).

Ou seja, as colônias foram organizadas visando objetivos de posse do território e produtivos (econômicos), sendo destinadas a grupos colonizadores compostos por famílias, sendo essas, proprietárias de seus lotes coloniais. A escolha pela migração de jovens famílias rurais descendentes de europeus do sul do país iria assegurar ao governo a manutenção dos padrões étnicos e culturais necessários à colonização e a utilização das terras, ampliando sobremaneira as chances de torná-las produtivas.

Para tanto, o governador Moisés Lupion, que esteve à frente do executivo paranaense naquele período, juntamente com o governo federal e companhias particulares de colonização de origem gaúcha planejaram a colonização da região. Nesse processo de planejamento estava previsto a organização do território em colônias de terras de 10 até, no máximo, 25 alqueires interligados umas as outras por estradas e ao fundo de cada colônia a passagem de um leito de rio. Em cada conjunto de colônias era organizado um ponto de referência central, dotado de uma igreja, escola e um pavilhão de festas. Essa foi a plataforma colonial ofertada.

O planejamento acima citado foi divulgado nas colônias de agricultores descendentes de imigrantes europeus do interior gaúcho e catarinense, como forma de atrair o excedente de mão de obra agrícola existente naqueles estados. Esse era o plano de colonização a ser executado pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - Maripá e a Colonizadora Pinho e Terras Ltda, até porque o perfil do colonizador desejado era o de jovens famílias de colonos descendentes de imigrantes europeus, preferencialmente de alemães e italianos e que tinham condições de adquirir sua colônia de terra e torná-la produtiva. Quer dizer, atrair colonizadores que desejassem migrar para outras terras com o objetivo de "fazer a vida".

Nesse sentido, a colonização da mesorregião em pauta, pós década de 1940, constituiu-se de correntes migratórias internas. Esse processo migratório foi parte da conjuntura política e socioeconômica brasileira adotada pelos governos federal e estadual a partir do final da década de 1940. O programa de colonização adotado e executado pelas duas companhias colonizadoras já citadas foi exitoso, tanto que, até o final da década de 1960, toda a mesorregião estava colonizada pelos colonos idealizados. Esses migrantes, colonizadores, de posse de suas colônias/propriedades partiam para o preparo da terra com vistas à produção de alimentos e a criação de animais domésticos, como aves, suínos e gado leiteiro, como fora planejado.

Ou seja, a colonização e o povoamento da mesorregião em questão obedeceram a critérios semelhantes aos desenvolvidos nas antigas colônias de imigrantes europeus do interior gaúcho e catarinense do início do século XX, configurando-se numa colonização dirigida como fora descrito por Saatkamp (1985), Niederauer (2004), Gregory (2002) e Klauck (2004).

É a partir do contexto acima descrito que entramos no ponto focal de análise desta pesquisa. Porque formatar uma colonização dirigida?

Primeiro porque se sabia exatamente que tipo de colonizador era necessário para fazer frente à política econômica da época, qual seja, colonizar a mesorregião Oeste com homens jovens, de preferência casados, acostumados com a lida na terra e com a criação de animais. Homens acostumados com a policultura de subsistência e que estivessem dispostos a migrar, a procurar novas fronteiras para construir seu lar e progredir

economicamente ou, como na fala de Gregory (2002, p. 246), uma colonização com "[...] colonos selecionados [...]".

Ora, toda região desabitada carece de uma série de investimentos em infraestrutura para que se torne atrativa. Os governos da época, tanto federal quanto estadual, capitanearam o planejamento da colonização do interior paranaense, contudo, a operacionalização da mesma ficou a cargo das companhias colonizadoras privadas, no caso da mesorregião Oeste as colonizadoras Maripá e Pinho e Terras foram as mais expressivas em termos de colonização propriamente dita. Essas companhias eram responsáveis pela estruturação do território, em termos de estradas e de organização comunitária mínima que fosse atrativa aos colonizadores idealizados. Como o tipo de colonizador estava definido, o território a ser colonizado precisava, então, estar de acordo com o estilo de vida desses colonos, como forma de ampliar as chances de atração dos mesmos. Para tanto, as campanhas de divulgação das companhias colonizadoras frente à nova fronteira agrícola era contundente: uma terra produtiva para construir família, progredir economicamente e preservar a cultura étnica de seus colonizadores, como na fala de Klauck (2004, p. 109), valorizou-se "[...] a família, a propriedade privada e a tradição agrícola".

Uma das estratégias adotada pelas companhias colonizadoras para atrair as famílias de colonos foi à união de forças com a igreja, tanto católica quanto a evangélica luterana e as associações de moradores das colônias de origem. Por meio de anúncios em jornais locais, inclusive nos idiomas alemão e italiano, fomentou-se o ideal de uma nova região produtiva e próspera. Uma região onde era possível manter-se no campo e preservar as tradições culturais e étnicas de seus antepassados.

A igreja também foi a idealizadora e a norteadora das ações de cooperação entre os colonos e sua comunidade e entre as comunidades. O discurso dominical pregava que a "esperança de vida" na terra nova se configurava na manutenção do "espírito cooperativo" que moveu seus pais e parentes, promovendo o progresso econômico-social das famílias que migrassem. Ou seja, um discurso que embalou as memórias de seus antecessores por uma nova vida, em que a manutenção das tradições culturais, étnicas e religiosas estariam preservadas. Essa era a "força" que nortearia as ações dos colonos na construção da nova terra.

O princípio pregado nas missas/cultos dominicais era o de que a cooperação seria o instrumento de ação das jovens famílias migrantes, pois seria por meio dela que se consolidaria o compromisso mútuo e a solidariedade nessa nova empreitada.

Ou seja, a religião legitimava a organização social cooperativa como modelo econômico ideal. As encíclicas *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Mater et Magistra* sublinhavam com ênfase o estatuto social da cooperação e o apresentavam como alternativa ao modelo capitalista de concentração de renda e de exclusão social. Que dizer, a Igreja pregava que o cristão, sujeito coletivo predisposto à cooperação, era o sujeito co-operante, um sujeito social que assume o papel de construtor de um projeto coletivo. Nesse sentido, a doutrina social da Igreja na época traduzia de certa forma, os elementos distintivos e as práticas sociais e culturais das unidades familiares tradicionais. Essas unidades tinham no núcleo familiar e na propriedade familiar os esteios da sociedade e da liberdade, valores almejados pelos colonos

alemães e italianos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná.

Mas nem tudo transcorreu da forma planejada. As companhias colonizadoras cumpriram o planejado, qual seja, colonizaram a mesorregião Oeste com famílias de colonos descendentes dos imigrantes europeus das antigas colônias gaúchas e catarinenses, mas, o governo estadual não. Entre os problemas enfrentados, o principal era a falta de estradas que interligassem as colônias e, essas às estradas de acesso aos centros urbanos ou vilas que já estivessem mais bem estruturadas em termos de pontos de comércio²¹, igrejas e escolas.

A falta de infraestrutura básica, como estradas, dificultava sobremaneira a vida dos colonos, principalmente no quesito compra de insumos para a produção agropecuária quanto no escoar/comercializar o excedente da produção, o que lhes garantiria os recursos financeiros necessários para a sobrevivência na nova terra. Tudo era difícil e o isolamento das colônias maximizava as dificuldades.

Contudo, os colonos migrantes resistiram e, nas duas décadas seguintes, 1960-1970, adaptaram-se e sobreviveram na nova terra. Essa adaptação esteve fortemente atrelada à preservação de sua fé, da cultura comunitária e associativa desses colonos. Essa era a cultura defendida pela Igreja, pelos líderes comunitários e pelas suas famílias de origem. Ou seja, os colonos migrantes deram continuidade ao modelo social e de vida que vivenciaram em suas colônias de origem. Sua história na nova terra é escrita a partir dos valores culturais e étnicos já enraizados em sua história enquanto sujeitos sociais, cuja tradição passa a ser replicada por meio das atividades práticas do cotidiano e dos interesses coletivos do grupo daquela época, como prescreve Geertz (1978) e Anderson (2005).

Esta coletividade assegurava-lhes a manutenção e o compartilhamento de suas tradições, de seus costumes, fortalecendo o pertencimento social de grupo, o de colonos, independente de serem de origem alemã ou italiana. Esse era o "espírito" que guiou o comportamento desses colonos na nova terra, o que nos faz ratificar Dubar (2005), quando de sua fala de que a cultura guia o comportamento do homem, nesse caso a cultura do colono migrante, cujo costume é reproduzido e perpetuado pelas suas próprias práticas sociais (THOMPSON, 1998).

O processo de colonização executado pelas companhias colonizadoras particulares na mesorregião Oeste paranaense possibilitou aos colonos migrantes, além do ideal do progresso econômico, as condições estruturais necessárias à manutenção de suas crenças e costumes. A formatação territorial das colônias/propriedades contava com um ponto de referência comunitário comum, onde fora construída a igreja e o salão comunitário. Eram nesses espaços coletivos de fé e de convivência que as tradições retroalimentavam-se, renovando-se num novo tempo e num novo espaço (HOBBSAWM; RANGER, 2008).

Sim, num novo tempo, mas com dificuldades semelhantes às de suas colônias de origem. Foi a partir dessas semelhanças que a cultura associativa, enraizada na história de vida desses colonos, é adaptada a sua nova realidade.

21 Esses pontos de comércio eram conhecidos, na época, como armazém, estabelecimento comercial, venda, casa comercial e bodega. Era comum comercializarem tecidos, sapatos, louças, móveis e outros utensílios domésticos, como velas e querosene, necessárias para a iluminação noturna e, para a lida na lavoura, ferramentas. Também vendiam alimentos sob a forma de cereais, embutidos e bebidas.

Ou seja, os colonos migrantes, nos encontros dominicais, logo após a missa, resgatavam de suas memórias as dificuldades de seu passado recente, bem como, as soluções encontradas. Nessas memórias, a solidariedade comum figurava como saída aos problemas e dificuldades enfrentados, e foi com essa memória de solidariedade que estruturaram as soluções para os problemas presentes. Como nas palavras de Hobsbawm e Ranger (2008, p. 21), esses colonos utilizaram "a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal", nesse caso, as ações de solidariedade convergiram nas associações comunitárias que mais tarde cercearam a fundação das associações cooperativas desses colonos.

Foram essas associações cooperativas que desencadearam, ao longo das décadas seguintes, na fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos destacadas nesta pesquisa, quais sejam: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagril.

Em outras palavras, o migrante colonizador, por meio de suas lembranças, reproduziu, nas colônias da mesorregião Oeste paranaense, territórios imaginários semelhantes às de suas colônias de origem. A formatação e a manutenção estrutural de colônias étnicas possibilitou a esses migrantes viverem novamente as tradições de sua terra natal. Desse modo, as colônias da nova terra passaram a ser espaços construídos por famílias de migrantes que comungavam um passado comum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto focal desta pesquisa partiu da premissa de que a cultura associativa dos pioneiros da colonização da mesorregião Oeste paranaense foi à propulsora da gênese do cooperativismo agropecuário dessa parte do território estadual.

Do ponto de vista teórico, a cooperativa agropecuária é uma sociedade de pessoas. Então, podemos dizer que é uma associação de pessoas que tem por ofício o trabalho no campo, as quais são responsáveis pela produção agropecuária de alimentos. Essas pessoas, produtores rurais, têm na cooperativa uma instituição que lhes possibilita tanto a aquisição dos insumos necessários à produção agropecuária e à respectiva assistência técnica ao longo da produção, quanto à garantia do recebimento, da armazenagem e da comercialização dessa produção. Ou seja, tem na cooperativa seu meio de sobrevivência enquanto produtor e a oportunidade de permanecer no campo.

No Estado do Paraná, o sistema cooperativo agropecuário de alimentos se configura no mais exitoso complexo agroindustrial responsável pela produção, industrialização e comercialização interna e externa de alimentos, tanto de origem vegetal quanto animal. No quadro associativo das 81 cooperativas agropecuárias registradas na Ocepar, no ano de 2012, havia 735 mil produtores associados, o que correspondia a 1/3 do total de produtores rurais do Estado. Essas cooperativas geraram em torno de 63 mil empregos diretos, faturando mais 32,1 bilhões de reais no ano, o que representou 55% da economia agrícola estadual e cerca de 11% do PIB²² estadual, configurando-as nas mais importantes empregadoras e geradoras de renda dos municípios do interior paranaense.

22 PIB - Produto Interno Bruto. Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um determinado território econômico. (SANDRONI, 2003, p. 459).

Especificamente para a mesorregião Oeste do Estado, as cooperativas agropecuárias estão presentes em todo o território, por meio de seus entrepostos e sede (Figura 1). Dessas, cinco destacam-se no cenário estadual e nacional, quais sejam: Copacol (com sede no Município de Cafelândia), C.Vale (com sede no Município de Palotina), Lar (com sede no Município de Medianeira), Coopavel (com sede no Município de Cascavel) e Copagrill (com sede no Município de Marechal Cândido Rondon).

Detentoras de todo o processo produtivo de grãos, principalmente das *commodities* soja, milho, trigo e, da criação à industrialização de carnes e derivados de aves, suínos e gado leiteiro, as cooperativas acima citadas, juntas, fecharam o ano de 2013 com um faturamento na casa de R\$ 11,5 bilhões. Essa cifra representou 36% do total do faturamento das 81 cooperativas agropecuárias do Estado daquele ano. Geraram mais de 28.000 empregos diretos, 45% do total do segmento no estado e, detiveram em seu quadro associativo 37.568 produtores agropecuários, o que representou 6% do quadro associativo dessa categoria no Paraná.

Os números dos parágrafos acima cancelam o êxito econômico-social deste tipo de associação. Em cinco décadas, 1970-2010, as cooperativas agropecuárias em estudo foram fundadas, expandiram-se pelo território, fortaleceram-se economicamente e consolidaram o setor produtivo agropecuário regional e estadual. Mas também ficaram a mercê das políticas macroeconômicas nacionais, das crises financeiras, inclusive as da década de 1980, tida como a "década perdida"²³, do êxodo rural em função da reestruturação produtiva, de subsistência para a produção em escala, com a revolução verde e, mesmo assim, conseguiram se ajustar e sobreviver, fato comprovado pelos números do parágrafo acima.

Estas palavras "conseguiram se ajustar e sobreviver" nos reporta ao foco de nossa pesquisa. Os problemas enfrentados no início da colonização pelos colonos migrantes, citados ao longo da pesquisa, os reportaram a um passado recente, trazendo-lhe memórias, lembranças dos tempos de dificuldades que seus pais e familiares vivenciaram quando da colonização do sul do país. Dessas memórias recuperaram-se não apenas os momentos de dificuldades mas também os de superação, as quais muito se assemelhavam na vida presente destes jovens colonos migrantes.

Entre as superações resgatadas das memórias desses colonos estava o modelo de associativismo comunitário praticado. Esse associativismo foi reproduzido nas novas colônias, uma vez que, nessas, existiam as condições humanas e estruturais muito semelhantes às das colônias de origem. A formatação de uma colonização pautada em uma estrutura territorial já conhecida pelos migrantes, a de colônias, conciliada ao tipo de colonizador atraído pelas companhias colonizadoras propiciaram no imaginário desses migrantes a reprodução da vida cotidiana que tinham vivenciado.

Essas lembranças cancelaram a necessidade do ideal de vida comunitário, desencadeando uma nova construção e novos meios de

23Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como "a década perdida", no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores. (IPEA, 2012).

manutenção das comunidades de colonos, alicerçados nos pilares de sua crença religiosa e na preservação de suas tradições culturais e étnicas. Esse fato resgatou o espírito de solidariedade e de ajuda mútua desses colonos em prol da superação das dificuldades comuns que enfrentavam.

Pois bem, foi a partir das dificuldades individuais e, dessas, às coletivas desses colonos migrantes que o resgate do espírito gregário aflora, configurando-se em ações de cooperação, as quais ratificam o *modus operandi* de ser e de agir dos colonos do sul do Brasil. Esse espírito gregário se transforma nas associações de produtores rurais que se tornam as cooperativas agropecuárias de alimentos foco desta pesquisa.

Nesse sentido, a seleção e a valorização de um tipo específico de sujeito, o colono do interior do sul do país, configurou-se no sujeito social coletivo que transformou o território da mesorregião Oeste paranaense. Esse colono, diante das adversidades enfrentadas, estruturou suas ações num forte comprometimento enraizado em sua cultura étnica-religiosa, tendo por objetivo central o compromisso de solidariedade e de cooperação que propiciaram a sobrevivência na nova terra.

Que dizer, a cultura associativa resgatada por meio das memórias dos colonos fundadores das cooperativas em estudo, tornou-se marco cultural mantido e reproduzido pela estrutura comunitária dos colonos. Suas dinâmicas relacionais mantiveram-se independentes das mudanças macroeconômicas do país. Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná, o norteador das iniciativas de cooperação que desencadearam nas associações de produtores e que se tornaram nas cooperativas agropecuárias da mesorregião em estudo.

Isso posto, a pesquisa aqui relatada é apenas o início da jornada. Ampliar as áreas de estudo em torno do sistema cooperativado além da área econômica, contábil e de modelos de gestão administrativos, comum na produção acadêmica nacional das duas últimas décadas, é construir cientificamente outro roteiro de pesquisa. É focar no elemento humano, sujeito social culturalmente construído, responsável direto por atos que constroem sua própria história e a história dos seus.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: edições 70. 2005.

BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emílio. Dicionário de etnologia e sociologia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Graphipar, 1969. Vol.1

BALHANA, A. P.. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: Irapres. n.87. jan/abr.. 1996, p.39-50.

_____. **Um Mazzolino de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 2002. vol. 1 (Org. Cecília Maria Westphalen).

BARTH, F. **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura

Econômica, 1976.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar. 1977.

BOGARDUS, E. S. **Princípios de cooperação**. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1964.

BRANCO, A.U. Crenças e práticas culturais: co-construção e ontogênese de valores sociais. **PRO-POSIÇÕES**, v.17, n.2, maio/ago. 2006, p. 139-155.

CODATO, E. **Colonização agrícola: a colônia três barras - 1932-1970; 1981**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 1981.

COLOGNESE, S. A. . **Associativismo étnico: o caso dos descendentes de italianos**. Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional, CASCAVEL, v. 2, n.1, p. 17-30, 2006.

_____. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Itália Nova, 2004.

COLOGNESE, S. A.; SCHALLENBERGER, E. A. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 1994.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção prospectiva; v.6).

DUBAR, C. A. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EAGLETON, T. **Ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Anos 1980, década perdida ou ganha?** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acesso em 15 ago. 2014.

KLAUCK, S. **Gleba dos bispos: colonização no Oeste do Paraná - uma**

experiência católica de ação social. Porto Alegre: EST. 2004.

LIMA, L.M. Histórico do cooperativismo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: BADEP, 1974. n.43. jul/ago. p.39-66.

LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da 'Marcha para o Oeste'**. Cascavel: EDUNIOESTE. 2002, 263 p. (Coleção Thésis).

MANNHEIM, K. **Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

MARTINS, R. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1944. (Coleção Farol do Saber).

MEZZOMO, F. A. **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MYSKIW, A. M. Território. MOTTA. M. (Org.) **Dicionário da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NICHOLLS, W.H. **A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. Out./dez. 1970. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/31/6109> Acesso em 10/07/2014.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná: história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização e seu progresso**. 2. ed. Toledo-PR: Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004.

OCEPAR – **Organização das Cooperativas do Paraná. Paraná Cooperativo**. Curitiba: Ocepar. 2006. p. 10-29. Jul/ago.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp, 1999.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo/Curitiba: Hucitec/Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ COOPERATIVO. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em 01 out.2012. 22:43:18

PINHO, D.V. **Doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras**, de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.
RAMBO, A.B. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. São Leopoldo: Eduni-Sul,1988.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas**: historias de Marechal Candido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

SAHLINS, M.D. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SCHALLENBERGER. E. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário**: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SCHALLENBERGER. E. (Org.). **Cultura e memória social**: territórios em construção. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SERRA, E. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. UNESP, Rio Claro, São Paulo. 1986.

_____. **Cooperativismo agrário e suas características no Paraná**. Terra e Cultura. Londrina, 1981. / (1): 144-146.

_____. Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná. 1991. 2 v. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo. 1991.

SEYFERTH, G. **Herança e estrutura familiar camponesa**, **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**. N. 52, Rio de Janeiro, mai/1985. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/boletim_MN/boletim%20do%20museo%20Nacional%2052.pdf> Acesso em: 10 jan. 2014. 15:28:19.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TODOROV, T. **A vida em comum**: ensaio de antropologia geral. Campinas/SP: Papirus, 1996.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, Mensus e Colonos**: história do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

_____. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Venentina, 1972.

WAUTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí. Unijuí, 2001.

WESTPHALEN, C. M. **História documental do Paraná**: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu. Curitiba: UFPR. 1987.

WHITE, L.; DILLINGHAM, B. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WILLIAMS, R. **Cultura**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Submetido em: 30/06/15

Aceito em: 01/12/15